

Quinta-feira, 17 de Novembro de 2005

Ano XI - Edição N.: 2485

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - COMUSA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito de junho de dois mil e cinco, realizou-se a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. Afonso Pena, 4.000 (quatro mil), 7º andar - Bairro Mangabeiras. Estavam presentes os conselheiros: Murilo de Campos Valadares e Maria Fernandes Caldas (SMURBE), Aluísio Eustáquio de Freitas Marques (SMPL), Paulo de Souza Duarte (SMAF), Ricardo Carvalho Ferreira Pires (SMPL), Paulo Roberto Takahashi (SUDECAP), Flávia Mourão Parreira do Amaral (SMAMA), Sinara Inácio Meireles Chenna e Edmundo José Martins (SLU), Márcio Almeida Dutra (SMGO), Rubens Martins Moreira (CREA), Léo Heller (UFMG), Antônio Leite Radicchi Alves e José Antônio da Cunha Melo (ONGs), Rita de Cássia Senesi (SINDÁGUA), Jorge Salum (SICEPOT).

Verificado o quórum, a sessão plenária do Conselho foi aberta pelo Conselheiro Murilo de Campos Valadares, que passou a palavra para a Superintendente da SLU, e Conselheira do COMUSA, Sinara Inácio Meireles Chenna, para que procedesse à apresentação do primeiro ponto de pauta: a Destinação Final dos Resíduos Sólidos de Belo Horizonte, que, assim como as demais apresentações, será encaminhada aos Conselheiros por email, pelo GGSAN. A Conselheira Sinara informou que o Aterro Sanitário da BR 040 começou a funcionar em 1975, recebe, por dia, duas mil e seiscentas toneladas de resíduos sólidos urbanos e mil e seiscentas toneladas de resíduos da construção civil e, após quase 30 anos de operação, se aproxima do esgotamento de sua vida útil, não existindo, hoje, outra área definida para esta finalidade no município. Por este motivo, segundo a Conselheira, a SLU contratou projeto de ampliação da capacidade no Aterro da BR 040 e estudo de alternativas para o tratamento e a destinação final. O primeiro encontra-se concluído e aponta para a possibilidade de ampliação da vida útil do aterro até 2009, estando em análise pela Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM, e o segundo será finalizado em agosto próximo, servindo também para a licitação da(s) nova(s) unidade(s) de destinação final de resíduos. A apresentação, a partir desta introdução da Conselheira Sinara Inácio Meireles Chenna, foi feita por um técnico do Aterro - Euder Pascele Batista - e pelo Professor Gustavo Ferreira Simões, da UFMG, e mostrou todo o monitoramento que é feito hoje para garantir a segurança do local e do entorno: monitoramento da qualidade do ar, das águas (subterrânea e superficial), da pressão sonora, do controle de erosões, dos gases e dos líquidos percolados, monitoramento geotécnico e monitoramento do processo de compostagem. Para encerrar a apresentação, a Superintendente da SLU retomou a palavra para reforçar que existe toda uma preocupação, por parte da Prefeitura, no sentido de garantir a segurança de quem está operando o aterro e a segurança da população que vive no entorno; o Aterro da BR-040 não é local de simples despejo de resíduo e a exposição feita conseguiu mostrar o quanto é complexo o aterramento de resíduos numa cidade do porte de Belo Horizonte. O Conselheiro Léo Heller cumprimentou a SLU pelo trabalho de monitoramento dizendo que não é surpresa verificar que a operação é muito cuidadosa, muito zelosa, e que são tranquilizadores os dados que o Professor Gustavo apresenta em termos de estabilidade. O Conselheiro perguntou, então, quais são as providências que já estão sendo tomadas, em termos de financiamentos e licenças ambientais, para que o aterro alcance a cota 935m (novecentos e trinta e cinco). O Conselheiro Antônio Leite, depois de também parabenizar a SLU, e afirmar que Belo Horizonte está anos à frente do restante do País, na questão dos resíduos sólidos, informou de uma reunião realizada, em maio passado, pelo Projeto Manuelzão, para discutir esse assunto, e que contou com a presença da Prefeitura de Sabará, da Câmara de Belo Horizonte, e de associações de bairro, onde se produziu um documento que reconhece o problema da disposição final dos resíduos mas reforça a necessidade primeira de se reciclar ao máximo, diminuindo a quantidade de material que chega ao aterro. A Conselheira Flávia Mourão quis saber qual é o estágio atual do licenciamento do Aterro, até quando se pode operar do jeito que vem sendo feito, e quais são os procedimentos para essa ampliação. A Conselheira e Superintendente da SLU, Sinara Chenna, respondeu que, apesar das muitas variáveis envolvidas, a SLU conta com este aterro, nas condições atuais, até o meio do próximo ano e que existe uma possibilidade de aumentar sua vida útil, sem aumentar a cota, preenchendo um vazio existente entre a parte antiga e a parte nova do aterro. Segundo a Conselheira, essa solução, somada a um pequeno alteamento da cota, esticaria a vida útil do aterro até meados de 2009; do ponto de vista de recursos, há previsão orçamentária para a implantação de um novo aterro, mas não na sua totalidade - em 2002, a opção pela modalidade de concessão tinha relação com o fato de que os recursos disponíveis não eram suficientes para a Prefeitura arcar com todos os gastos como compra de terreno, implantação da obra, preparação da infraestrutura para o aterro, etc. Quanto ao licenciamento ambiental, o Conselheiro Murilo Valadares informou que o Aterro da BR-040 tinha uma licença de operação válida até 2009, mas houve um problema qualquer nessa discussão, e a FEAM reduziu essa licença para o final de 2005, numa reunião em que este assunto sequer era ponto de pauta. A

PBH entrou com recurso no COPAM, aconteceram conversas com o Secretário Estadual de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, e se está aguardando uma solução. O Conselheiro José Antônio da Cunha Melo sugeriu que a SLU apresente ao COMUSA o resultado do estudo que está sendo elaborado sobre a destinação final dos resíduos sólidos de BH - o Conselho pode então opinar e/ou referendar a decisão da Prefeitura. O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, perguntou se está contemplada, no escopo deste estudo, a análise de uma solução metropolitana ou intermunicipal, visto que foi aprovada há pouco no Congresso Nacional a regulamentação dos consórcios públicos e esta pode vir a ser, inclusive do ponto de vista econômico, uma solução mais interessante para o poder público do que uma eventual concessão. O Conselheiro Murilo Valadares acha difícil a solução via consórcio, apesar de não ter sido descartada, e explicou que o estudo fica pronto em agosto, e só depois disso o Executivo vai analisar entre, provavelmente, duas opções: fazer uma concessão ou a própria Prefeitura implantar o novo aterro, o que implicará em aprovar uma Lei Municipal, comprar terreno, etc. Segundo o Conselheiro este estudo pode inclusive apontar áreas viáveis fora da Região Metropolitana. O Conselheiro Léo Heller observou que a situação é grave, o tempo muito escasso e que a pior solução, no seu entender, é a que torna a destinação final do lixo dependente da iniciativa privada. Para ele, o COMUSA deveria fazer algum tipo de recomendação à Prefeitura no sentido de que se viabilize uma solução metropolitana, um consórcio público e não privado para a implantação do novo aterro. Sobre a diminuição da quantidade de material que chega ao aterro, a Conselheira Sinara Chenna informou que já foi elaborado o Edital que prevê a ampliação da coleta seletiva, porta a porta, em toda a cidade, terceirizando a execução desse serviço e garantindo a destinação do material para as associações e cooperativas habilitadas, com níveis de participação diferenciados. O Conselheiro Jorge Salum e o Conselheiro Rubens Martins Moreira sugeriram que o COMUSA gere um documento afirmando a excelente qualidade do monitoramento do aterro, para tentar ajudar na discussão com a FEAM. O Conselheiro Murilo Valadares, antes de se retirar, passando a coordenação dos trabalhos para a Conselheira Maria Caldas, reforçou sua opinião de que BH tem a solução de curto prazo para o problema da destinação final dos resíduos e que esta solução - o alteamento da cota - é viável e é legal. A Conselheira Maria Caldas registrou seu desconforto pelo tom geral da reunião que, para ela, não refletiu o fato de que a Administração Municipal faz um bom serviço no Aterro da BR-040 e tem uma solução que já está sendo viabilizada para o término da sua vida útil. A Conselheira Rita de Cássia Senesi observou que a SLU tem o mesmo problema da COPASA: faz um excelente trabalho que quase ninguém conhece. No entender da Conselheira, a SLU devia divulgar mais esse monitoramento, inclusive para conseguir aliados, já que, qualquer que seja o local escolhido para o novo aterro, a população do entorno vai mostrar resistência. A Conselheira Maria Caldas lembrou que foram discutidas, na reunião de hoje, três itens diferentes: o projeto de curto prazo do Aterro, até dois mil e nove, o projeto de médio e longo prazo, e o licenciamento na FEAM. Quanto a este último item, a Conselheira acha que a redução da licença não se sustenta no plenário da FEAM, por ser assunto de natureza técnica - a Prefeitura apresentou um estudo e tem uma licença; se essa licença for reduzida, a FEAM terá que vir a público explicar o porquê, explicar a impossibilidade de a Prefeitura corrigir aquilo que eventualmente estiver errado. Quanto à proposta de uma resolução do COMUSA a respeito do aterro, já não havia quórum na reunião para isso. A sugestão da Conselheira foi de se fazer uma minuta e submetê-la à apreciação dos Conselheiros na próxima reunião. O Conselheiro Léo Heller fez uso da palavra para informar que esta foi sua última participação como Conselheiro do COMUSA, pois está indo para a Inglaterra num programa de pós-doutorado. Aproveitando a ocasião, reforçou a importância deste Conselho que pode se transformar em um grande modelo para o país, se assumir realmente seu papel político de avaliar as políticas de saneamento da cidade e tiver um papel mais deliberativo do que tem tido. A Conselheira Maria Caldas, falando em nome de todos os conselheiros, lamentou a saída do Professor Léo Heller, afirmando que quem perde não é só o Conselho mas a Política Municipal de Saneamento em Belo Horizonte. A Conselheira também lembrou aos Conselheiros que eles podem mandar sugestões de pautas ao GGSAN, para serem analisadas e encaminhadas, não cabendo esta tarefa unicamente ao Executivo. Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.